

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A. ("Companhia"), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do exercício, acompanhados das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 26 de julho de 2021 publicamos Fato Relevante informando ao mercado e aos seus acionistas acerca do recebimento do Ofício GABSF nº 240/2021, que comunicou a existência de estudos do acionista controlador para possível realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA"), visando o cancelamento de registro de companhia aberta. Ressaltamos que, neste momento, a decisão de realização da referida OPA ainda não está tomada no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSF), sendo prevista a contratação futura de assessores financeiros pela PMSF, em linha com o exigido pela Instrução CVM 361, para fins de auxílio na tomada de decisão final e eventual implementação da OPA, se for o caso.

Em 26 de agosto de 2021, comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 23 de junho de 2021, a substituição da empresa de auditoria independente, Berkan Auditores Independentes S/S, devido ao encerramento do contrato, pela Conatus Auditores Independentes S/S.

A Conatus iniciou suas atividades como auditor independente da Companhia a partir da revisão das informações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Enfrentamento da pandemia

A Companhia, significativamente afetada com a restrição dos eventos e a redução de atividades turísticas na cidade, no entanto, está empenhada em ações humanitárias contra a Covid-19.

O projeto chamado "Vidas no Centro" é uma ação para fazer face as adversidades causadas pela pandemia. Fornecemos a produção e a infraestrutura para estas ações, que oferecem condições básicas para pessoas em situação social de vulnerabilidade, tais como higiene pessoal, com toiletes, banhos e lavanderias.

Também operamos o suporte para infraestrutura de vacinação em "drive-thru", no Anhembi e em outros locais na cidade. Adicionalmente, estes locais serviram como estações de recebimento de doações de alimentos. O Pavilhão de Exposições do Anhembi serviu como um dos pontos de recebimento e armazenamento de cestas básicas doadas por empresas e associações que participaram do Programa Alimento Solidário. A ação foi promovida pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Fundo Social de São Paulo – FUSSP.

Empresa Estatal Dependente

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2022 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.728/2021 (LOA).

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM e no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa até dezembro, comparativo de 2021 e 2020 (em R\$ mil).

	dez-21	dez-20	Var. %
(+) EVENTOS / PMSP	71.279	171.695	-58%
(+) ANHEMBI E INTERLAGOS:	5.402	7.553	-28%
Pavilhão de Exposições	405	616	-34%
Palácio / Elis Regina	1.412	1.969	-24%
Sambódromo	650	1.476	-56%
Estacionamentos/ Telecom	745	1.170	-36%
Outras Locações	1.891	2.422	-22%
Concessão Parque Anhembi	299	-	100%
(=) RECEITA OPERACIONAL *	76.681	179.248	-57%
(+) SUBVENÇÕES	113.287	46.906	142%
(=) RECEITA TOTAL	189.968	226.154	-16%
(-) DEDUÇÕES:	-16.224	-12.585	29%
Devoluções / Descontos	-2.493	-317	686%
Impostos	-13.731	-12.268	12%
(=) RECEITA LÍQUIDA	173.744	213.569	-19%
*Público	97%	97%	
*Privado	3%	3%	

Variações relevantes:

a) A redução em 57% na Receita Operacional decorreu dos impactos da pandemia do COVID-19, em especial a não realização do Evento Carnaval em 2021 e Locações dos Espaços do Complexo Anhembi;

b) O aumento em 142% em Subvenções foi aprovado na LOA 21 (Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020) e suplementado em razão da parcial necessidade de recursos do Tesouro para o custeio de suas despesas, tornando mais transparente à sociedade o quanto é despendido pela municipalidade na manutenção dos serviços públicos prestados.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa até dezembro, comparativo de 2021 e 2020 (em R\$ Mil).

Descrição	Dez/21	Anual / Acumulado Dez/20	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	184.495	252.041	-27%
1.1 Anhembi (a)	30.332	9.562	217%
1.2 Eventos / PMSP (b)	40.877	184.144	-78%
1.3 Outras	-	11.428	-100%
1.4 Aporte de Capital / Subvenções	113.286	46.907	142%
2. TOTAL SAÍDAS	212.454	228.407	-7%
2.1 Pessoal	56.971	54.757	4%
2.2 Serviços Públicos	4.381	6.434	-32%
2.3 Tributos/ Parcelamento (c)	11.572	5.653	105%
2.4 Fornecedores/ Outras	139.530	161.563	-14%
RESULTADO	-27.959	23.636	-218%

a) O aumento de 217% foi decorrente das parcelas recebidas referentes à concessão do Parque à SPE GI Events Centro de Convenções Anhembi S.A.

b) A redução de 78% nas entradas "1.2 Eventos / PMSP" é devido aos impactos da pandemia do COVID-19, em especial a não realização em 2021 do Evento Carnaval e Aniversário da Cidade de São Paulo;

c) O aumento em 105% das saídas com Tributos / Parcelamentos foi reflexo do pagamento em janeiro /21 do IRPJ e CSLL sobre resultado fiscal de 2020 e adesão ao PPI municipal referente a diferenças de IPTU de 2014 a 2019.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2021, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S/S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. De 01 de julho a 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos pela nova auditoria, a Conatus Auditores Independentes S/S., que também prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Considerações finais

A Administração da Companhia continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos, dos riscos e incertezas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 22 de março de 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	5	22.900	50.888
Contas a receber de clientes	6	54.266	16.823
Tributos a recuperar	7	16.207	13.086
Almoxxarifado		-	812
Outros valores a receber	8	1.833	916
Total circulante		95.206	82.525
Não circulante			
Realizável a longo prazo	16	4.657	1.247
Imobilizado	9	213.608	219.197
Intangível	9	104	525
Total não circulante		218.369	220.969
Ativo total		313.575	303.494
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	23.302	12.654
Obrigações trabalhistas	11	32.823	6.656
Obrigações tributárias	12	26.151	53.023
Recursos municipais – Eventos	13	32	21.061
Empresas municipais	14	354	341
Adiantamentos de clientes	15	14.399	7.499
Receita diferida ISS/IPTU	12	1.708	1.256
Subvenções	17	840	12.027
Total circulante		99.609	114.517
Não circulante			
Empresas municipais	14	826	1.136
Obrigações tributárias	12	117.440	68.170
Provisões para contingências	16	83.859	85.199
Adiantamentos de clientes	15	51.650	972
Receita diferida – ISS/IPTU	12	19.553	16.858
Subvenções	17	11.349	13.030
Total não circulante		284.677	185.365
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	18		
Capital social		246.149	246.149
Reserva de reavaliação		115.448	116.379
Prejuízos acumulados		(432.308)	(358.916)
Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(70.711)	3.612
Total do passivo e patrimônio líquido		313.575	303.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de prestação de serviços	19	173.744	213.569
Custo dos serviços prestados	20.1	(124.865)	(156.402)
Resultado bruto		48.879	57.167
Despesas operacionais		(92.008)	(69.255)
Despesas administrativas	20.2	(93.488)	(72.889)
Outras receitas operacionais		1.480	3.634
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(43.130)	(12.088)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	21	(31.489)	(11.841)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(74.618)	(23.929)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Prejuízo dos exercícios		(74.618)	(23.929)
Prejuízo por ação (Em reais)	23	(8,08)	(2,81)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo dos exercícios	(69.250)	(23.929)
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.226	1.284
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(295)	(308)
	931	976
Resultado abrangente do exercício	(68.319)	(22.953)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio
Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	216.713	29.420	117.355	(336.271)	27.217
Aumento de capital	29.436	(29.420)	-	-	16
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(23.929)	(23.929)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	246.149	-	116.379	(358.916)	3.612
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.226)	1.226	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	295	-	295
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(69.250)	(69.250)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	246.149	-	115.448	(426.940)	(65.343)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais	(62.686)	(4.147)
Prejuízo dos exercícios	(69.250)	(23.929)
Ajustes – itens que não afetam o caixa:	6.564	19.782
Depreciação e amortização	8.014	6.835
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	142	4
Realização de subvenção em imobilizado	(841)	1.694
Juros e variações monetárias	1.368	1.938
Receita diferida realizada	2.853	(1.256)
Provisões para contingências	(6.269)	11.459
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	819	(1.077)
Provisão de férias	478	(77)
Perdas por desvalorização	-	295
Variações nos ativos e passivos	36.844	35.238
Clientes	(38.262)	(7.404)
Almoxxarifado	812	(158)
Despesas antecipadas	(889)	-
Tributos a recuperar	(3.121)	(8.453)
Depósitos judiciais	(3.849)	162
Outros ativos	(28)	84
Fornecedores	10.648	565
Obrigações tributárias	21.352	41.651
Obrigações trabalhistas	25.689	74
Adiantamentos de clientes	57.578	(426)
Recursos federais – obra PAC	(12.027)	9.073
Recursos municipais – Eventos	(21.029)	391
Outros passivos	(30)	(321)
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	(25.842)	31.091
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado e intangível	(2.146)	(7.449)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	(2.146)	(7.449)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	16
Recursos líquido originado em atividades de financiamento	-	16
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.988)	23.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.888	27.230
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.900	50.888
	(27.988)	23.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	76.681	179.248
Subvenções	113.286	46.906
Outras Receitas	1.480	3.635
Receitas Canceladas	(2.493)	(317)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(819)	1.077
Insumos Adquiridos de Terceiros	188.135	230.549
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(125.990)	(152.578)
Perdas por desvalorização de ativos	(125.990)	(152.840)
Valor Adicionado Bruto	62.145	77.709
Retenções		
Depreciação e amortização	(8.014)	(6.835)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	54.131	70.874
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	(10.916)	477
	(10.916)	477
Valor Adicionado Total a Distribuir	43.215	71.351
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do trabalho	43.215	71.351
Remuneração de Governos	67.012	61.965
Federal	45.256	33.174
Municipal	24.104	19.941
Remuneração de capitais de terceiros	21.157	13.233
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	(69.250)	(23.929)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A ("Companhia" ou "SPTURIS"), com sede na Rua Boa Vista, 280, 15º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 22 de março de 2022 as presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022.

1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2022 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.728/2021 (LOA).

1.2. Reorganização da administração pública municipal

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

A São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela "Concorrência nº 001/20" e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de Outorga fixa, o valor de pagamento de R\$ 53.740 mil, tendo sido autorizada a contratação para uso do "Complexo Anhembi" para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos. Até 31 de dezembro de 2021, a empresa vencedora da licitação, a GL Events Brasil Participações Ltda., depositou um valor de R\$ 17.914 mil, a título de adiantamento, do valor de R\$ 53.740 mil estipulado no acordo. Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$10.000 mil.

Em 27 de maio de 2021 a Companhia publicou Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interviente-Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CCN/GCO nº 014/2021.

Considerando que a vigência da concessão teve início em 11 de novembro de 2021, os efeitos advindos da combinação de negócio estão sendo avaliados.

A assinatura da "ORDEN DE INÍCIO" ocorreu em 11 de novembro de 2021, data a partir da qual a Concessionária foi autorizada a iniciar a execução do objeto com previsão para o dia 11 de dezembro de 2

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;

- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2021 e 2020 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e feitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”: O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos; Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros. Os gastos com registros de marcas próprias são reconhecidos diretamente em despesas. O intangível da Companhia compreende tão somente direitos de uso de software, praticamente totalmente amortizados.

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

o) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

p) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2021, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bens numeração	30	30
Conta movimento	1.951	35
Aplicações financeiras	20.919	50.823
	22.900	50.888

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes no País (a)	39.400	3.321
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	13.431	17.128
Serviços / Locações a faturar	5.880	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.445)	(3.626)
	54.266	16.823

(a) R\$35.827 se referem a valores a receber da concessionária, decorrentes do contrato de concessão do Complexo Anhembi, à título de outorga fixa.

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer:	42.506	14.915
Vencidos até 30 dias:	2.818	148
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	460	-
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	2.671	75
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	5.717	963
Vencidos há mais de 180 dias:	4.539	4.348
Total:	58.711	20.449

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	3.626	4.703
Aumento da provisão	4.975	67
Reversão de provisão	(4.156)	(1.144)
Saldos no final do período	4.445	3.626

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a compensar (a)	8.200	4.316
CSLL a compensar	1.285	9
INSS a compensar (b)	6.257	8.761
COFINS a compensar	382	-
PIS a compensar	83	-
	16.207	13.086

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2021 que será realizado no próximo ano.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. A realização do mesmo acontecerá no próximo ano.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de férias e outros adiantamentos a empregados	185	157
Despesas diferidas	1.648	759
	1.833	916

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	136.971	(55.638)	-	81.333	85.595
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.711)	-	1.577	1.756
Estacionamento	3,45%	11.122	(5.676)	-	5.446	5.865
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.872)	-	1.138	1.261
Instalações	10%	16.587	(14.050)	(205)	2.332	3.211
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.991	(6.383)	(40)	568	174
Veículos	20%	1.215	(1.215)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	4.347	(4.263)	(16)	68	182
Outros ativos fixos	20% e 10%	401	(376)	(1)	24	31
Total imobilizado		306.054	(92.184)	(262)	213.608	219.197

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
Programas e sistemas	20%	2.265	(2.161)	-	104
Marcas e patentes	10%	-	-	-	3
Total intangível		2.265	(2.161)	-	104
					525

Total imobilizado e intangível **308.319** **(94.345)** **(262)** **213.712** **219.722**

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2020	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	31/12/2021
Terrenos	121.122	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	85.595	229	-	(4.491)	81.333
Túnel de Serviços	1.756	-	-	(179)	1.577
Estacionamento	5.865	7	-	(426)	5.446
Ruas Praças e Jardins	1.261	-	-	(123)	1.138
Instalações	3.211	562	(19)	(1.422)	2.332
Máquinas e equipamentos	174	1.217	(44)	(779)	568
Veículos	-	38	-	(38)	-
Móveis e Utensílios	182	39	(75)	(78)	68
Outros ativos fixos	31	54	(4)	(57)	24
Total Imobilizado	219.197	2.146	(142)	(7.593)	213.608
Programas e Sistemas	522	-	-	(418)	104
Marcas e Patentes	3	-	-	(3)	-
Total Intangível	525	-	-	(421)	104
Imobilizado e Intangível	219.722	2.146	(142)	(8.014)	213.712

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2021, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente em 2020 e atualizado internamente em 2021, os referidos itens selecionados foram considerados no estado atual e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor atual dos bens.

O ativo intangível compreende tão somente direitos de uso de software, com saldo líquido da amortização em R\$ 104. Em 2021 o item marcas foi transferido para despesas, haja vista que se referem a gastos com registro de marcas próprias. Entendemos que nossas marcas não devem ser reconhecidas como ativos, tendo em vista que não tem vida útil definida e se referirem ao negócio como um todo.

10. FORNECEDORES

		31/12/2021	31/12/2020
A vencer		17.703	7.926
Vencidos:			
Vencidos até 30 dias:	(a)	1.345	806
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a)	744	761
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a)	-	2
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a)	-	209
Vencidos há mais de 180 dias	(b)	3.510	2.950
Total		23.302	12.654

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Rescisões (a)	12.644	2
INSS empresa	4.087	1.765
INSS retido	471	172
Férias e encargos	4.660	4.182
IRRF	1.003	535
FGTS	875	-
Consignações	82	-
Dissídio e encargos salariais	9.021	-
	32.823	6.556

(a) R\$ 12.639 decorrem de verbas do Plano de Demissão Voluntária – PDV, sendo R\$8.438 em verbas rescisórias, R\$4.170 em FGTS e R\$29 INSS patronal.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Prefeitura de São Paulo (IPTU/2021)	(b)	14.081	46.352
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	11.378	4.692
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		-	954
PIS a recolher		-	204
Impostos retidos		692	821
		26.151	53.023
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	112.520	62.955
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		4.920	5.215
		117.440	68.170
Total circulante e não circulante		143.591	121.193

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 65.311 referente a 161 parcelas em 31/12/2021.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 58.586 em 31/12/2021, referente a 117 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência.

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R\$ mil
2023	10.877
2024	10.877
2025	10.877
2026	10.877
2027 em diante	69.012
Total	112.520

(b) Refere-se ao IPTU do exercício de 2021 no montante de R\$14.072 (R\$46.277 em 31 de dezembro de 2020) e ISS corrente no montante de R\$ 9 (R\$75 em 31 de dezembro de 2020).

13. EVENTOS A REALIZAR

	31/12/2021	31/12/2020
Carnaval	32	407
Eventos diversos	-	17.705
Réveillon na Paulista	-	2.849
	32	21.061

A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	Saldo em 31/12/2020	Recursos recebidos	Eventos realizados / recursos repassados	Saldo em 31/12/2021
Carnaval 2020/2021	407	16.236	(16.611)	32
Réveillon na Paulista	2.949	-	(2.949)	-
SMTUR 021/2020 Eventos diversos	17.705	7.587	(25.292)	-
	21.061	23.823	(44.852)	32

14. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a São Paulo Transportes S/A., sendo:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	354	341
Passivo não circulante	826	1.136
Total	1.180	1.477

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	5.780	2.874
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	4.740	3.063
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	386	246
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.638	1.055
	12.544	7.238
Adiantamentos de clientes	64	261
Concessão Anhembi diferida	1.791	-
	14.399	7.499
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	-	36
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	-	710
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	-	68
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	-	158
Concessão Anhembi diferida	51.650	-
	51.650	972
Total circulante e não circulante	66.049	8.471

A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	Pavilhão	Palácio	Elis	Polo	Total
Circulante					
Saldo em 31/12/2020	2.874	3.063	246	1.055	7.238
Contratos firmados	3.503	2.235	168	1.006	6.912
Renegociação	(88)	-	-	(32)	(120)
Descontos	25	-	-	-	25
Transferências do(para) longo prazo	36	710	68	158	972
Transferências para receitas	(570)	(1.268)	(96)	(549)	(2.483)
Saldo em 31/12/2021	5.780	4.740	386	1.638	12.544
Não circulante					
Saldo em 31/12/2020	36	710	68	158	972
Transferências para o curto prazo	(36)	(710)	(68)	(158)	(972)
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-	-



São Paulo Turismo S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60



CIDADE DE
SÃO PAULO

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP. No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais. Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes. Desde setembro do ano de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e à SPTRANS no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devido.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	Percentual	31/12/2021	31/12/2020
2016/2017	8,00%	246	16.647
2017/2018	2,00%	4.537	3.375
2018/2019	4,00%	6.680	4.683
2019/2020	3,05%	3.243	1.990
2020/2021	5,42%	2.298	586
		17.004	27.281

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do período 31/12/2020	55.147	2.771	27.281
Atualização dissídio e encargos	-	-	11.283
Novos processos	460	-	-
Processos baixados	-	-	(21.560)
Alterações nos processos existentes	3.393	155	-
Saldos no final do período 31/12/2021	59.000	2.926	17.004

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/12/2021	31/12/2020
Ações Cíveis	2.012	1.434
Trabalhistas	2.073	1.298
	4.085	2.732

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes. No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais. A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$5.096 (R\$ 1.247 em 31 de dezembro de 2020).

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	840	-
Não circulante	11.349	13.030
Total de subvenções governamentais	12.189	13.030

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. O saldo contábil será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado. Tendo em vista a Concessão do Complexo Anhembi, entendemos que não serão aportados novos recursos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenci-ais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/12/2021
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 31/12/2021	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.720 acionistas em 31/12/2021. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2020	121.595	(5.216)	116.379
Realização da reserva de reavaliação	(1.226)	-	(1.226)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	295	295
Saldo em 31/12/2021	120.369	(4.921)	115.448

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta		
Eventos	71.279	171.695
Pavilhão	405	616
Palácio	1.412	1.868
Polo Cultural	650	1.476
Outras Locações	1.575	2.158
Estacionamento	634	842
Telecom	111	328
Concessão Parque Anhembi	298	-
Autódromo de Interlagos	317	265
Total da receita bruta	76.681	179.248
Deduções da Receita Bruta		
Impostos		
(-) ISS	(34)	(61)
(-) COFINS	(11.257)	(10.032)
(-) PIS	(2.440)	(2.175)
Total de impostos	(13.731)	(12.268)
Outras deduções da receita	(2.493)	(317)
Total de deduções	(16.224)	(12.585)
Receita líquida	60.457	166.663
Subvenções	(a) 113.287	46.906
Receita líquida, incluindo subvenções	173.744	213.569

(a) As subvenções, tendo em vista o seu caráter genérico para suprimento do caixa para as operações da Companhia, foram consideradas como receitas de prestação de serviços, embora não sejam passíveis de identificá-las diretamente a quaisquer serviços prestados.

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituirão da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços Prestados	91.758	95.893
Equipamentos	273	732
Utilidades e Serviços	18.391	41.213
Mão de Obra Direta	9.854	13.760
Depreciação	4.589	4.772
Perdas por Desvalorização	-	32
	124.865	156.402

20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituirão da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações, encargos sociais e benefícios	68.097	46.380
Utilidades e serviços	404	382
Honorários	774	822
Manutenções e locações	1.892	1.812
Despesas gerais	13.178	10.927
Propaganda e publicidade	278	152
Tributos, taxas e contribuições	870	1.069
Depreciações e amortizações	669	733
Perdas por desvalorização	-	230
Provisões e reversões de provisões	1.959	10.382
	88.121	72.889

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da Companhia.

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Perdas com contas a receber	(12.782)	(1.228)
Variações monetárias e juros passivos	(17.289)	(4.708)
Receitas de aplicações financeiras	304	391
Multas	(3.140)	(7.523)
Receita diferida realizada	1.494	1.265
Outras despesas e receitas financeiras	(75)	(38)
	(31.488)	(11.841)

Em 2021 foram reconhecidos adicional de IPTU de 2014 a 2020 e sua inclusão em Programa de Parcelamento Incentivado.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;
- setor privado, onde é explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2021 e 31/12/2020.

Saldos em 31/12/2021	Público	Privado	Total
Receita líquida	63.404	(2.947)	60.457
Custos variáveis e fixos	(99.620)	(25.245)	(124.865)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(36.216)	(28.192)	(64.408)
Subvenções municipais	113.287	-	113.287
Lucro bruto (após subvenções)	77.071	(28.192)	48.879
Despesas administrativas	-	-	(88.121)
Outras receitas operacionais	-	-	1.480
Resultado financeiro	-	-	(31.488)
Prejuízo líquido	-	-	(69.250)

Saldos em 31/12/2020	Público	Privado	Total
Receita líquida	160.821	5.842	166.663
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(51.562)	(156.402)
Lucro bruto (antes das subvenções)	55.981	(45.720)	10.261
Subvenções municipais	46.906	-	46.906
Lucro bruto (após subvenções)	102.887	(45.720)	57.167
Despesas administrativas	-	-	(72.889)
Outras receitas operacionais	-	-	3.634
Resultado financeiro	-	-	(11.841)
Prejuízo líquido	-	-	(23.929)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

Numerador	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	(1.350)	(469)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	166.971	166.685
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício	(8,06)	(2,81)

24. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	140.600	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de Mercado

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	1.981	-	1.981
Aplicações financeiras	-	20.919	20.919
Contas a receber e clientes	54.266	-	54.266
Impostos a recuperar	16.207	-	16.207
Outras contas a receber	1.833	-	1.833
	74.287	20.919	95.206
Passivos			
Fornecedores	23.302	-	23.302
Obrigações trabalhistas	32.823	-	32.823
Obrigações tributárias	143.591	-	143.591
Empresas municipais	1.180	-	1.180
	200.896	-	200.896

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

26. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representou, em 31/12/2021, 97% da receita total do ano, comparados a 96% no mesmo período em 2020.

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	13.431	17.128
	13.431	17.128
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	32	21.061
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	11.378	4.692
SPTRANS	354	341
	11.764	26.094
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	112.520	62.955
SPTRANS	826	1.136
	113.346	64.091
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de eventos	71.279	171.695
Deduções da receita	(7.875)	(10.874)
Receita líquida	63.404	160.821
Custos variáveis e fixos	(99.620)	(104.840)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(36.216)	55.981
Subvenções municipais	113.287	46.906
Lucro bruto (após subvenções)	77.071	102.887

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

Nº CONTRATO – SECRETARIA	31/12/2021	31/12/2020
012/2019 - SMTUR PLATUM	-	30
015/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	41.910
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	-	3.523
017/2020 – SMTUR EV DIVERSOS	-	29.652
019/2020 – SMTUR CARIN 2021 APOIO	682	887
021/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	-	194
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	22.983	8.306
022/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	-	931
022/2020 – SMTUR NATAL ILUMINADO	136	1.276
024/2019 - SMTUR AUTODROMO	-	862
025/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	28.502
026/2019 - SMTUR NATAL ILUMINADO 2019	-	14
027/2019 - SMTUR REVEILLON 2020	-	2.996
030/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2020	-	5.691
068/2019 - SMC-G CARNAVAL DE RUA 2020	721	20.649
008/2020 - SMTUR (AUTODROMO)	-	801
027/2016 - SFMSP	-	52
054/2014 - SMS	-	3.374
093/2020 - SMS - HMCAMP ANHEMBI	-	9.340
Hospital de Campanha sem contrato	-	12.910
001/2021 – SEME - SEL	2.250	4.703
002/2021 - SMRI	-	4.867
002/2021 – SEME - SEL	-	8.139
003/2021 – SEME – SEL – EV. DIVERSOS	-	6.017
004/2021 – SEME - SEL - NATAL 2021	-	1.193
007/2021 - SIURB/21 (SKATE)	-	375
008/2021 - SGM EVENTOS DIVERSOS	-	283
009/2021 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	-	50
013/2021 - SEME- CAR ACEL CRISTO	-	5.968
014 /2021 - SVMA	-	406
020/2020 - SMTUR (REVEILLON SP 2021)	-	286
020/2021 - SUB-SE	-	6.356
024/2021 - SMS - EVENTOS DIVERSOS	-	1.229
003/2021 - SMUL	-	207
007/2021 – SMUL ENQUETE PLANO DIRETOR	-	59
048/2021 – SFMSP EVENTOS DIVERSOS	-	38
PREFEITURA – OUTROS	-	137
005/2021 – SUB-PI – PRAÇA POR DO SOL	-	1.977
007/2021 – SMC – G – EVENTOS DIVERSOS	-	1.599
017/2021 – SMC – G – EVENTOS DIVERSOS	-	10
020/2021 – SUB – LAPA – ANIV. LAPA	-	598
028/2021 – SMC	-	-
TOTAL	71.279	171.695

A Companhia atendeu às demandas da Prefeitura do Município de São Paulo, para eventos, direcionados às ações no combate à pandemia. Todos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2021 foi de R\$ 2.366, e no ano de 2020 foi de R\$ 2.172. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 22 de março de 2022, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi

Tendo em vista que havia uma previsão de início em 11 de dezembro de 2021, conforme Nota Explicativa 1.2, houve um pedido de prorrogação por parte da empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, e a partir do dia 05 de janeiro de 2022 é que o controle do equipamento passa, de fato, a ser exercido pela empresa vencedora da concorrência. Também a partir deste momento deverão ser reconhecidos efeitos contábeis relevantes decorrentes da Concessão.

Em 22 de fevereiro de 2022 a Companhia desocupou efetivamente os espaços objeto da Concessão do Complexo Anhembi.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 e 22 de março de 2022, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.4 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S.A. publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência nº 001/20” e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de Outorga fixa, o valor de pagamento de R\$ 53.740 mil, tendo sido autorizada a contratação para uso do “Complexo Anhembi” para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos. Até 31 de dezembro de 2021, a empresa vencedora da licitação, a GL Events Brasil Participações Ltda., depositou um valor de R\$ 17.914 mil, a título de adiantamento, do valor de R\$ 53.740 mil estipulado no acordo. Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$10.000 mil. Em 27 de maio de 2021 a Companhia publicou Fato Relevante referente à Concorrência Internacional nº 001/20 em que o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e Interventente- Anuente (Município de São Paulo), assinaram o contrato CGN/GCO nº 014/2021. Considerando que a vigência de concessão teve seu início em 11 de novembro de 2021, os efeitos advindos da combinação de negócio estão sendo avaliados. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia possui ativo imobilizado relevante, cujo é o seu principal ativo e principal elemento na geração de receitas. Em 31 de dezembro de 2021 o montante líquido registrado no ativo imobilizado era de R\$ 213.608 mil. A Administração avalia anualmente o risco de “impairment” desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento crítico sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis: Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) revisão do laudo de avaliação do ativo imobilizado atualizado, fornecido pela Administração e o processo usado na sua elaboração; (ii) questionamento das principais premissas e critérios adotados na avaliação da vida útil e valor de mercado dos ativos; (iii) exame dos controles sobre os ativos imobilizados; e (iv) recálculos das depreciações com base na vida útil dos bens.

Transações com partes relacionadas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia obteve grande parte de suas receitas auferidas de transações entre partes relacionadas, cuja operações tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, podendo acarretar em risco quanto à capacidade do auditor em obter evidências de auditoria de que todos os aspectos da transação com parte relacionada são equivalentes aos de transação similar sob condições usuais de mercado. Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis: Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento das transações entre partes relacionadas para identificação de operações fora do curso normal dos negócios da Companhia; (ii) análise do reconhecimento, mensuração das transações entre partes relacionadas; e (iii) exame da divulgação das transações entre partes relacionadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Provisão para contingências

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza civil e trabalhista, cuja Administração, amparada de seus assessores jurídicos internos, classifica probabilidades de perdas entre remota, possível e provável. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis: Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos judiciais e administrativos, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; (ii) obtenção da carta de confirmação junto aos assessores jurídicos internos da Companhia e avaliação da classificação das probabilidades de perda de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, comparando com os registros extracontábeis; (iii) teste de aderência entre as informações contábeis registradas e divulgadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis do ativo imobilizado, partes relacionadas e provisão para contingência e seus reflexos nas demonstrações contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores, cuja opinião em 23 de março de 2021, não continha ressalva. Constou de parágrafo de ênfase sobre os assuntos relacionados a “continuidade operacional dos negócios e reorganização da administração pública indireta da cidade e São Paulo”, “concessão onerosa”, e sobre o reconhecimento de receita hospital de campanha conforme contrato SMS093/2020 firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Luiz Carlos Soares da Silva

Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-037.537/O-1

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2022

DATA E LOCAL: 22 de março de 2022, às 16h00, de forma virtual, via plataforma Microsoft Teams.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda, respondendo interinamente pela Diretoria de Turismo (Ato DPR nº 008/2021), Guilherme Tadeu Pontes Birello – Diretor de Estruturação de Negócios, Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou em votação o item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2021, a unanimidade dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivadas na sede da Companhia.

O Diretor de Representação dos Empregados registrou que a DRE sempre trabalhou para não houvesse demissões de colaboradores na Companhia, e que, na sua opinião, não houve diminuição significativa de custos na folha de pagamento após este fato.

O Diretor de Gestão e de Relação com Investidores reforçou que o objeto da ordem do dia não é aprovar um ato da gestão da Companhia, é, tão somente, a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao ano de 2021

Na sequência, a Diretoria recomendou que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2021 sejam submetidos (a) ao exame e apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 22 de março de 2022

GUSTAVO GARCIA PIRES

Diretor Presidente

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO

Diretor de Estruturação de Negócios

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO

Diretor de Representação dos Empregados

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO

Diretor Clientes e Eventos

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA

Diretora de Turismo interina

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI

Diretor Jurídico e de Conformidade

RODRIGO KLUSKA ROSA

Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

ANA PAULA SILVA

Secretária de Governança Corporativa

ATA DA 4ª REUNIÃO - 2022 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 22 de março de 2022, às 17:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente e Sr. Dorival Alcalde – Membro.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, e a Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, deu boas-vindas aos membros do CAE.

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados nas atas da 2ª e da 3ª Reunião - 2022 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizadas em 23 de fevereiro e 11 de março de 2022, os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada nesta data, e do Relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., sem ressalva, emitido em 22 de março de 2022.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE nas atas das reuniões anteriores acima citadas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário apontaram que, mesmo com a necessidade da continuidade de melhoria em diversos sistemas para adequação ao porte e complexidade das operações, conforme recomendações registradas em atas de reuniões anteriores do CAE, e sumarizadas em nosso relatório anual, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Isto posto, os membros do CAE aprovaram o “Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021”, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

SÉRGIO TUFFY SAYEG

Presidente

DORIVAL ALCALDE

Membro

ANA PAULA SILVA

Secretária de Governança Corporativa

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria da São Paulo Turismo S/A (“SPTuris”) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e atua, desde sua implantação em julho de 2018, de acordo com o estabelecido em seu Regimento, tendo por competência opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente, bem como acompanhar o trabalho destes, avaliando sua independência e objetividade; supervisionar as atividades da auditoria interna e as atividades desenvolvidas, qualidade e integridade dos mecanismos nas áreas de controle interno; supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras; monitorar as informações e medições divulgadas pela empresa, avaliando as exposições de riscos da SPTuris e a adequação das transações com partes relacionadas.

O Comitê de Auditoria é composto por 3 membros independentes, pessoas físicas residentes no país, profissionais de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade, finanças, governança corporativa, administração, compliance e auditoria, eleitos pelo Conselho de Administração em 20 de junho de 2018 e empossados em 19 de julho de 2018. Em 31 de maio de 2021 foi formalizada e efetivada a renúncia, por motivos estritamente pessoais, do Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino, cuja substituição, pelos órgãos competentes, não ocorreu até o momento. O mandato tem prazo indeterminado, vigorando até que haja destituição pelo Conselho de Administração, ou, ainda, renúncia ao cargo, não podendo exceder o limite de 10 anos.

Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Diretoria e responsáveis por áreas da SPTuris; nos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras da SPTuris, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrente da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

2.1. Das reuniões

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou 18 reuniões ordinárias em 2021, bem como outras 4 em 2021, até a presente data, para discussão e apreciação das Demonstrações Financeiras de 2021, além de assuntos diversos.

A seguir, frequência das reuniões com partes, realizadas em 2021:

Partes	Nº de reuniões (*)
Conselho de Administração	4
Diretoria	9
Controladoria	14
Auditoria Interna	11
Conformidade, Riscos e Controles	
Internos	8
Jurídico	7
Auditor Independente	6

(*) ocorreram reuniões com mais de um assunto, bem como outras 4 em 2022, até a presente data, inclusive para discussão e apreciação das Demonstrações Financeiras de 2021.

2.2. Atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria em 2021 no âmbito de suas atribuições:

a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a Berkan Auditores Independentes (Berkan) para discutir e apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos em 2021, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros, até 30 de junho de 2021 no caso, quando do encerramento do respectivo contrato. O mesmo deu-se com a Conatus Auditores Independentes (Conatus), que iniciou suas atividades como auditor independente da Companhia a partir da revisão das informações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2021. O Comitê avaliou como adequados o planejamento e os trabalhos de ambos os auditores independentes para o porte e complexidade das operações da SPTuris. O Comitê também é responsável pela avaliação da execução das atividades de auditoria independente e de eventuais propostas de trabalhos de não auditoria; porém, nenhum trabalho da espécie foi contratado com a Berkan nem com a Conatus no período em apreço.

Foram objeto de apreciação pelo Comitê de Auditoria as ITRs dos trimestres findos em 30 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021 e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Foram discutidos aspectos contábeis relevantes que pudessem impactar as Demonstrações Financeiras de 2021 e, para isso, realizou reuniões específicas para a sua apreciação e aprovação. Por ocasião dessas reuniões, foi apresentado status dos respectivos Planos Anuais de cumprimento da Política de Independência.

Ressalte-se que a Conatus enfatiza em seu Relatório sobre as informações trimestrais em 30 de setembro de 2021 e Demonstrações Financeiras de 2021, como já havia feito a Berkan relativamente a 2018, 2019, 2020 e aos dois primeiros trimestres de 2021, a incerteza sobre a continuidade operacional dos negócios da Companhia em função do seu desempenho, que não tem sido capaz de gerar resultados positivos.

O relatório da Berkan sobre controles internos do ano de 2020, emitido em 31 de março de 2021, informou que não foram identificadas fragilidades significativas quanto à estrutura de controle interno e seu funcionamento, tendo sido apresentadas à Administração recomendações sobre procedimentos contábeis. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da SPTuris.

b) Auditoria Interna: O desenvolvimento das atividades regulares da Auditoria Interna estiveram ainda prejudicadas durante o ano de 2021, apesar da plena dedicação e esforços da liderança da área, pois alguns trabalhos programados deixaram de ser realizados, principalmente em função da ausência de funcionários em outras áreas e dedicação ao atendimento de solicitações do Tribunal de Contas do Município e à revisão de contratos emergenciais, decorrente da pandemia da Covid-19, por solicitação da Diretoria. O Plano Geral de Auditoria Interna para 2022 foi discutido e aprovado pelo Comitê.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê de Auditoria apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a Conatus os critérios e práticas contábeis aplicados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, dos relatórios financeiros, das notas explicativas divulgadas em conjunto, do Relatório da Administração e do Relatório do Auditor Independente para o ano findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Sistema de controles internos: Com o objetivo de avaliar a adequação do sistema de controles internos ao porte e complexidade das operações da SPTuris, o Comitê de Auditoria se reuniu em diversas ocasiões com a Diretoria para apreciar os seguintes assuntos e se certificar da existência de controles e processos adequados e suficientes, bem como o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento de tais controles e processos:

Assuntos/Áreas	Nº de reuniões
Demonstrações financeiras	18
Conformidade, Riscos e Controles	10
Internos	
Contas a Receber e Contingências	9
Contábeis e Judiciais	
Auditoria Interna	8
Transações com Partes	
Relacionadas e Hospital de	5
Campanha	
Concessão Onerosa	11
PDV e redução do quadro de colaboradores	3

e) Conformidade, Riscos e Controles Internos: O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos da SPTuris, cuja estrutura, processos e monitoramentos continuaram em desenvolvimento, porém, com poucos progressos em relação aos períodos anteriores. Em reuniões com a área, o Comitê de Auditoria renovou a importância de aspectos da gestão quanto a: (i) visão geral da gestão de riscos quanto à estrutura organizacional e mapeamento de processos e riscos, classificação e monitoramento dos riscos; (ii) reporte executivo de riscos e métricas de tolerância para os riscos; (iii) respostas e adequações de procedimentos por parte das áreas auditadas; e (iv) planos de ação que serão executados para continuidade da adequação da SPTuris à Lei 13.303/16, tanto em termos de estrutura e governança, quanto à garantia da prática da Lei no dia-a-dia da Companhia.

f) Canal de Denúncias: Há canal de denúncias disponível no site eletrônico da SPTuris e seu monitoramento foi reportado ao Comitê de Auditoria.

g) Transações com partes relacionadas: Apresentadas ao Comitê e por ocasião do fechamento das demonstrações financeiras consolidadas as operações realizadas com partes relacionadas. O Comitê de Auditoria busca verificar se a SPTuris observa, quando da contratação com partes relacionadas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo e suas Secretarias, se as condições acordadas são as mesmas que se celebraria com um terceiro, parte não relacionada, obedecendo a condições estritamente comutativas. Também, a completude e conteúdo da divulgação através de nota explicativa das demonstrações financeiras.

h) Outras atividades do Comitê: Em relação à educação continuada, os membros do Comitê participaram de fóruns externos relacionados a comitês de auditoria (a exemplo dos promovidos pela KPMG, EY, Deloitte, IBGC etc.). Os membros do Comitê de Auditoria também participam de comitês e conselhos em outras empresas, o que complementa o processo de aprendizado contínuo.

3. RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria formulou e ou reiterou as seguintes recomendações à Administração:

Assuntos/Áreas	Recomendação à Administração
Demonstrações Financeiras e ambiente contábil	• Revisão do Relatório da Administração, dando foco a informações relevantes para subsidiar os stakeholders na tomada de decisões econômicas. • Revisão de conteúdo e redação das notas explicativas das informações trimestrais e anual, bem como inclusão de notas explicativas adicionais. • Sobre a nova condição de “Concedente” do uso do Complexo Anhembi, cuja “Data da Ordem de Início” ocorreu em 11 de novembro de 2021, o Comitê recomendou a contratação de serviços contábeis especializados, para implementação do contrato firmado e correto atendimento dos procedimentos contábeis, das normas da CVM e do regulamento do IRPJ.
Contas a Receber	• Acompanhar a revisão do processo e ações de cobrança de clientes inadimplentes (públicos e privados), de forma a incluir o uso de protesto de títulos e negativação em órgãos de proteção de crédito, como o SPC e Serasa, bem como maior efetividade na cobrança junto à PMSP e suas Secretarias. • Continuar promovendo ajustes a prejuízo dos créditos antigos, vencidos há mais de 5 anos (write-off) em consonância com a legislação contábil e fiscal. Caberá ao Departamento Jurídico a decisão sobre o arquivamento definitivo ou complemento de ações de cobrança. • Dar continuidade às providências de cobrança para quitação das dívidas pelas Secretarias Municipais vinculadas à PMSP.
Transações com Partes Relacionadas	• Garantir que o monitoramento alcance todos os funcionários e abranja, também, as empresas terceirizadas e prestadoras de serviços e/ou fornecedoras de produtos à SPTuris. • Incluir nas notas explicativas de balanço os saldos patrimoniais do início e final do período contábil em análise, bem como as movimentações intermediárias (que tiveram início e/ou encerramento dentro do período contábil em análise). • Avaliar e garantir que a SPTuris, nas relações contratuais com a parte relacionada PMSP, adota as mesmas condições que celebraria com um terceiro, parte não relacionada, obedecendo a condições estritamente comutativas.
Canal de Denúncias	• Continuar garantindo que todas e quaisquer denúncias relativas às demonstrações financeiras da Companhia e ao seus Administradores devem ser encaminhadas diretamente ao Comitê de Auditoria, bem como da necessidade de que os canais de denúncia sejam fortalecidos e demonstrem receptividade e confiança aos seus usuários.
Jurídico Contencioso	• Reiterar e acompanhar pedido formal à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, para informação e/ou levantamento de valores disponíveis em contas de depósitos judiciais ativas e inativas, cujo depositário seja a SPTuris.



São Paulo Turismo S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60



CIDADE DE
SÃO PAULO

4. CONCLUSÃO

Com base no exposto, o Comitê de Auditoria concluiu, em relação aos controles internos e gestão de riscos que:

- Persiste a necessidade de evolução na aderência às práticas usuais de compliance, gestão de riscos e controles internos, na sequência das sucessivas trocas na liderança, reestruturação dessas atividades e busca da funcionalidade plena e aderência prática à Lei Federal 13.303/16;
- Foi verificado o atendimento das práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis à SPTuris e observado atendimento a recomendações do Comitê de Auditoria.

A Administração da Companhia deverá continuar envidando esforços para garantir o adequado funcionamento da área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos.

No que tange à Auditoria Interna, após as considerações acima reiteradas, aguarda-se ainda o atendimento da recomendação de constituição de equipe com profissionais com experiência na função e dedicação exclusiva desta para o cumprimento do Plano Geral de Auditoria Interna para 2022.

Com relação aos Auditores Independentes, os trabalhos foram executados de acordo com o planejado e com objetividade, tendo a Berkan e a Conatus revelado ao Comitê sua independência e que não sofreram qualquer interferência negativa da Administração durante os trabalhos.

O Comitê de Auditoria informa que não tomou conhecimento de fraudes de qualquer valor perpetradas pela Administração da Companhia; fraudes relevantes perpetradas por funcionários ou terceiros; ou erros que resultaram em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da SP Turis, tomando-se como base os conceitos de erro e fraude estabelecidos em normas e regulamentos do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, do Instituto dos Auditores Independentes - Ibracon ou de outros órgãos reguladores.

Em reunião realizada no dia 22 de março de 2022, o Comitê de Auditoria, ponderando suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que, mesmo com a necessidade de melhoria em diversos sistemas para adequação ao porte e complexidade das operações, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pelo que recomendamos ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 22 de março de 2022.	
Sérgio Tuffý Sayeg Presidente	Dorival Alcalde Membro
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	

Os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022	
GUSTAVO GARCIA PIRES	
FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA	
GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO	
PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI	
RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO	
RODRIGO KLUSKA ROSA	
THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO	

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 23 de março de 2022, às 11:00h, de forma híbrida: presencial e virtualmente, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Conselho de Administração, os Srs. Marcos Arbaitman – Presidente, André Luiz Pompeia Sturm – Vice-Presidente, Alexandre Pedercini Issa, Antonio Carlos Caruso, Ednilson Bezerra Cabral, Edson Coelho Araujo Filho, Omar Cassim Neto e Osvaldo Arvate Júnior.

Presentes, ainda, o Conselheiro Fiscal, Sr. Eduardo José de Souza, em atendimento ao artigo 163, §3º, da Lei 6.404/76, e o Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffý Sayeg, em atendimento ao artigo 31-B, §2, da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Presentes como convidados os Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com investidores, João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria, e Marcelo Simões Quinteiro – Coordenador

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho de Administração por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Marcos Arbaitman. Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) Apresentação dos resultados da Companhia até Fevereiro/2022; e (iii) Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Arbaitman, saudou os membros do Conselho e demais convidados, iniciando a apreciação dos itens da Ordem do Dia.

Assim, conforme item (i) da Ordem do dia, o Presidente do Conselho informou acerca da disponibilização prévia, para todos os Conselheiros da Administração, das versões finais do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, devidamente analisados e aprovados pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada em 22/03/2022, complementados pelo Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Concedida a palavra ao Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), este reiterou a necessidade da recomposição do órgão, após a renúncia anterior, com a indicação do terceiro membro.

Após a ponderação do presidente do Comitê de Auditoria sobre a necessidade da recomposição do órgão, o Conselheiro Sr. Alexandre Pedercini questionou a Companhia se há previsão de data para indicação de novo membro para o CAE. O Diretor de Gestão e de Relação com Investidores informou que já há nomes em análise pela Secretária de Governo Municipal (SGM), e que solicitará celeridade junto a este órgão para que a indicação ocorra o quanto antes.

Na sequência, os demais membros do Conselho de Administração, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, e, considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, manifestaram-se favoravelmente, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, e aprovaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, considerados o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontrando-se em boa ordem para serem remetidos para o exame e opinião dos Conselheiros Fiscais, e, após, dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Com relação ao item (ii) o gerente de Controladoria realizou a apresentação aos membros do Conselho de Administração das Demonstrações de Resultados da Companhia até o mês de fevereiro de 2022. Como exposto pelo Sr. Marcos Arbaitman, este não é assunto que depende de aprovação, portanto todos os conselheiros presentes passam a ter conhecimento do conteúdo deste documento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

Conselheiros:

MARCOS ARBAITMAN Presidente	ANDRÉ LUIZ POMPEIA STURM Vice-Presidente
ALEXANDRE PEDERCINI ISSA Conselheiro	ANTONIO CARLOS CARUSO Conselheiro
EDNILSON BEZERRA CABRAL Conselheiro	EDSON COELHO ARAUJO FILHO Conselheiro
OMAR CASSIM NETO Conselheiro	OSVALDO ARVATE JÚNIOR Conselheiro
ANA PAULA SILVA Secretária de Governança Corporativa	

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 24 de março de 2022, às 15:00h, de forma virtual, via plataforma Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Eduardo José de Souza, Emerson Onofre Pereira e Jesus Pacheco Simões.

Presentes, ainda Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e o Sr. Marcelo Simões Quinteiro – Coordenador.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) Apresentação dos resultados da Companhia até Fevereiro/2022; (iii) Apreciação dos itens de março/2022 do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal; e (iv) Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Foi colocado em votação o item (i) Ordem do Dia, tendo sido disponibilizadas para exame e apreciação de todos os Conselheiros Fiscais as versões finais do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, devidamente analisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada em 22/03/2022, e pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23/03/2022, e que contou com a participação de representantes deste Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo 3º do art. 163, da Lei 6.404/76.

Na sequência, os membros do Conselho Fiscal, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o recebimento, após a Reunião da Diretoria de 22/03/2022, de todos os documentos objeto da deliberação em exame, e considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, examinaram, mais uma vez, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e constataram que tais documentos, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes, juntamente com o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontram-se em boa ordem para serem remetidos para o exame dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Nesse sentido, foi aberta a palavra para que os Conselheiros pudessem opinar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário.

Assim, o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos dos presentes, manifestou-se favoravelmente em relação ao Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, tendo recomendado que sejam os referidos documentos aprovados na sua íntegra pela Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

Por fim, tendo em vista a deliberação acima tomada, os membros titulares do Conselho Fiscal, assinaram o “Parecer do Conselho Fiscal”, que será disponibilizado aos acionistas da Companhia, juntamente com os demais documentos mencionados nos artigos 133 da Lei das Sociedades por Ações.

Com relação ao item (ii) da Ordem do Dia, os Conselheiros Fiscais fizeram alguns comentários e questionamentos pertinentes. Assim, registraram que tomaram conhecimento da apresentação dos resultados preliminares da Companhia até o mês de fevereiro de 2022.

Sobre o item (ii) da ordem do dia. Os Conselheiros Fiscais realizaram a análise dos seguintes itens relativos ao mês de março de 2022:

- 1 Situação Geral das contas - acompanhamento do Guia Gerencial (mês de referência: fevereiro/2022)
- 1.1 Financeiro - Fluxo de Caixa mensal e Projeção Anual (previsto realizado)
- 1.1.1 Examinar a evolução dos Créditos a Receber em atraso
- 1.1.2 Examinar a situação das Contas a Pagar em atraso
- 1.2 Acompanhamento da Execução do Orçamento 2022 (previsto realizado)
- 1.3 Contabilidade/Balancete Patrimonial/Resultado acumulado do exercício 2022
- 1.4 Apreciação Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras/Contábeis - 2021
- 1.5 Compromisso de Desempenho Institucional (Decreto 53.916/13)
- 2 Examinar atualização do SADIN – Sistema de Acompanhamento da Administração Indireta
- 3 Acompanhamento da Regularidade Fiscal
- 3.1 Certidão Negativa de Débitos Tributários (Federais/Estaduais/Municipais)
- 3.2 Certidão Negativa de Débitos Previdenciários
- 3.3 Certidão de Regularidade junto ao FGTS
- 3.4 Adimplência no Cadastro Informativo (CADIN) nas esferas (Federais/Estaduais/Municipais)
- 4 Examinar as atas das reuniões
- 4.1 Diretoria Executiva
- 4.2 Conselho de Administração
- 4.3 Cumprimento do parágrafo 1º do artigo 163 da Lei 6.404/76
- 5 Acompanhamento dos trabalhos de auditoria
- 5.1 Examinar cumprimento de eventuais recomendações do TCM e Auditoria Externa
- 6 Verificar o andamento e melhoria de desempenho - Planejamento Estratégico Comercial – 2022
- 7 Acompanhamento da transição das atividades da empresa em função da Concessão do Complexo Anhembi
- 8 Acompanhamento dos Impactos da COVID-19 nos negócios da Companhia
- 9 Acompanhamento da readequação do quadro de pessoal e seus reflexos administrativos, financeiros, econômicos e jurídicos em função da Concessão do Complexo Anhembi
- 10 Adequação/alinhamento do sistema de contabilidade pública ao sistema de contabilidade societária

Fica registrado que o Conselho Fiscal não analisou em até a presente data os documentos referentes aos seguintes itens: 1.5; 5, 5.1 e 6, tendo em vista que não foram apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

Conselheiros:

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA Conselheiro	EMERSON ONOFRE PEREIRA Conselheiro
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA Conselheiro	JESUS PACHECO SIMÕES Conselheiro
ANA PAULA SILVA Secretária de Governança Corporativa	
PARECER DO CONSELHO FISCAL	

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2021, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Conatus Auditores Independentes S.S., são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2021, razão pela qual encaminham para aprovação na Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 24 de março de 2022	
THIAGO DEMÉTRIO SOUZA	EMERSON ONOFRE PEREIRA
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA	JESUS PACHECO SIMÕES